

# Comissão aprova reforma tributária

AJ13588

O governo acredita que será mais difícil a votação da reforma da Previdência, na próxima semana

**B**RASÍLIA - A base governista conseguiu ontem aprovar com facilidade a reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) recebeu apenas oito destaques para votação em separado, sendo que dois deles foram retirados antes mesmo de serem apreciados.

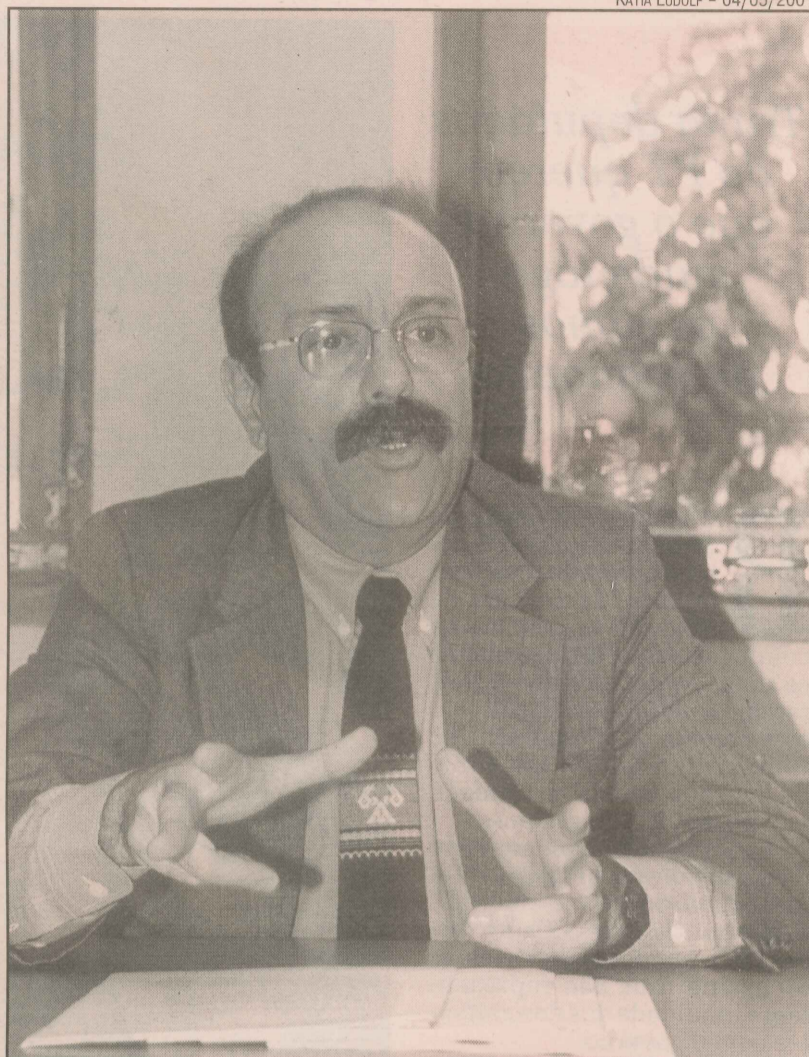
Dos seis destaques votados, em apenas um houve votação nominal, sendo que o governo derrubou o destaque com 37 votos, contra 14 dos deputados da oposição.

Todas as demais votações foram por aclamação, com ampla maioria para os governistas, incluindo a votação do texto do parecer de Serraglio, que recebeu apenas dois votos contrários, dos deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Mendonça Prado (PFL-SE).

Agora, a reforma tramitará na Comissão Especial, em que será discutido o mérito da proposta do governo.

O presidente da CCJ, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), comemorou a aprovação da reforma. Segundo ele, o calendário estabelecido está sendo "rigorosamente" cumprido.

"Para aqueles que eram incrédulos e não acreditavam que nós íamos cumprir o nosso calendário, nós cumprimos com toda



Luiz Greenhalgh: calendário da reforma está sendo cumprido

a liberdade de expressão do pensamento e de opinião", disse.

## PREVIDÊNCIA

Greenhalgh lembrou que o trabalho ainda não terminou e que falta votar a constitucionalidade da reforma da Previdência, prevista para a próxima semana. Ele prevê dificuldades para essa votação.

"Eu espero mais dificuldades, aliás, eu, o povo brasileiro e a torcida do Flamengo. Todo mundo sabe que na reforma da Previdência as coisas vão ser mais difi-

ceis", afirmou o petista.

O relator da reforma previdenciária, Maurício Rands (PT-PE), também prevê uma votação mais difícil para o seu relatório. Ele disse, porém, que a votação de ontem serviu como teste.

"Nós sabemos que a previdenciária tem mais polêmicas, mas estabelecemos um modo de operação, o procedimento de votação foi muito bom porque respeitou o regimento, possibilitou uma ampla discussão e conseguiu votar dentro do cronograma estabelecido", disse o relator.

## Base conhece estratégia

BRASÍLIA - O relator da reforma da Previdência, Maurício Rands (PT-PE), disse ontem que a base aliada já conhece a estratégia da oposição (PFL e PSDB) para tentar modificar o texto das reformas e saberá evitar problemas.

"Ficaram evidentes quais serão os instrumentos que vão ser utilizados pela oposição: os destaques para votação em separado e o instrumento da reclamação", afirmou.

O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) acusou o governo de usar um "rolo compressor" para "esmagar" a oposição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

"Seria muito bom que o governo entendesse que alguns ajustes precisam ser feitos na reforma. Nós estamos mandando para a Comissão Especial uma proposta cheia de inconstitucionalidades", disse.

Quanto à expectativa para uma votação mais difícil para o gover-

no na tramitação da reforma da Previdência na CCJ, Paes foi taxativo. "Do jeito que o rolo compressor está eu estou começando a duvidar dessa hipótese."

O presidente da Casa, João Paulo Cunha (PT-SP), confirmou que o início da votação das reformas pelo plenário será no período entre o fim de julho e o início de agosto.

Para garantir o cumprimento do calendário, João Paulo Cunha confirmou que a Câmara vai trabalhar durante o recesso de julho.

Na tarde de ontem, o presidente da CCJ, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), brincou com João Paulo Cunha, lembrando a barbearagem cometida na quarta-feira, quando o início da ordem do dia, autorizado pelo presidente da Casa, impediu a votação do parecer da reforma tributária.

"Eu só peço para você não começar a ordem do dia", disse Greenhalgh, arrancando gargalhadas de todos na CCJ.

## Bispo defende taxaço para quem ganha muito

BRASÍLIA - O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Geraldo Majella Agnelo, defendeu ontem a taxaço dos inativos que recebem altas aposentadorias.

"Quem recebe aposentadoria que garante apenas sua sobrevivência não deve ser taxado. Mas quem ganha muito tem a obrigação de olhar para a população que ganha pouco e está em situação difícil. Quem não ganha para ter uma vida digna não pode ser taxado", afirmou.

Dom Geraldo Majella disse que a CNBB enviou ontem uma carta ao presidente da República agradecendo a sua visita a Itaici, na assembléia geral da Conferência, e, no texto, cobrou de Luiz Inácio Lula da Silva a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.